

Os agrônomos e a construção das políticas para o ensino agrícola no início do século XX

Marco Arlindo Amorim Melo Nery*

Resumo: As discussões sobre a modernização agrícola e a formação de mão de obra especializada, já presentes ao longo do século XIX, ganharam maior destaque com a criação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que refletiu a ascensão de uma parcela da elite agrária que buscava mais espaço na cena política e a emergência dos agrônomos como detentores do saber científico voltado para as práticas agrícolas. Os membros da SNA contrapunham-se ao poder da elite agrária paulista, cobrando do governo central a criação de uma política que atendesse aos interesses da entidade. Das tensões entre a SNA e os cafeicultores paulistas foram criados o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906 e, quatro anos depois, a primeira lei brasileira de ensino agrícola.

Palavras-Chave: agrônomos, agrícola, política agrícola

* Doutor em Educação. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe-IFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Educação e Tecnologias. Aracaju-Sergipe. E-mail: marcoarlindo@hotmail.com

Agronomists and the construction of policy for agricultural teaching in the early 20th century

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Abstract: Discussions on agricultural modernization and the formation of specialized workers, already present throughout the 19th century, were highlighted by the establishment of the National Society of Agriculture (SNA). This fact demonstrated the rise of the landed elite seeking more space in politics, coupled to the emergence of agronomists as holders of scientific knowledge focused on agricultural practices. SNA members counterpoised the power of the São Paulo landed elite and demanded from the central Brazilian government the establishment of a policy that would meet the organization's interests. The Ministry of Agriculture, Industry and Trade (1906) was the result of tensions between the SNA and the São Paulo coffee growers. Four years later, legislation on agricultural education was enacted.

Keywords: agronomists, agriculture, agricultural policy

Los agrónomos y la construcción del políticas para la educación agrícola en el inicio del siglo XX

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Resumen: Las discusiones sobre la modernización agrícola y la formación de mano de obra calificada, ya presente durante el siglo XIX, ganaron mayor prominencia con la creación de la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA), que refleja la asunción de una parte de la élite terrateniente que buscaba más espacio en la política y la aparición de los agrónomos como titulares de los conocimientos científicos orientado las prácticas agrícolas. Los miembros del SNA contrapuestos al poder de la élite terrateniente paulista, reivindicaban del gobierno central la creación de una política que respondiese a los intereses de la organización. De las tensiones entre el SNA y los productores de café de Sao Paulo se crearon el Ministerio de Agricultura, Industria y Comercio (1906) ,y cuatro años después, la primera ley de educación agrícola brasileña.

Palabras Clave: agrónomos, la agricultura, política agrícola

1. Agrônomos, ciências agrícolas e ensino agrícola

Ao longo dos oitocentos e início dos novecentos, a formação da intelectualidade brasileira foi bastante diversificada, abrangendo engenheiros, agrônomos, com destaque para os bacharéis (advogados) e os médicos. Segundo Azevedo (1964) e Barros (1986), a despeito dos outros tipos de formação, foram os advogados e os médicos que compuseram e ‘dominaram’ a cena política brasileira nesse período.

Asseverando que, no Brasil, foi construída uma tradição bacharelesca, esses autores concluem que havia uma homogeneidade no que tange à formação superior, caracterizada por um ensino marcadamente humanístico. O próprio Fernando de Azevedo, em sua obra monumental *A cultura brasileira*, afirma que a elite intelectual do país não se debruçava sobre a ciência pura ou aplicada e sobre pesquisas e investigações; na verdade, segundo ele, esta era uma preocupação dos estrangeiros.

Ao analisar a sociedade brasileira dessa forma, Azevedo e Barros desconsideram a diferença entre o ensino ministrado nas faculdades de direito e o ministrado nas escolas de engenharia e agronomia. Era como se esse saber técnico, aplicado, não tivesse espaço na sociedade entre fins do século XIX e início do século XX. Dessa forma, minimizam a importância dos engenheiros na organização das cidades, como foi o caso dos projetos desenvolvidos em Aracaju-SE e Belo Horizonte-MG, ambos na segunda metade do século XIX, bem como no desenvolvimento de projetos arquitetônicos de prédios públicos, especialmente os das escolas, atendendo aos preceitos higienistas da época.

Porém, na obra *As ciências no Brasil* (1994), organizada pelo próprio Fernando de Azevedo, este destaca o desenvolvimento de vários ramos da ciência, pura ou aplicada, no Brasil do século XIX. Menciona como exemplos a astronomia, que, desde a época das grandes navegações, era considerada muito importante, sendo executada até por padres Jesuítas; a matemática, que se desenvolvia nas escolas de engenharia, fossem elas militares ou civis; a mineralogia; a meteorologia; a geologia; a geografia; a física, dentre outras ciências que permeavam a cena intelectual brasileira. A mesma diversidade de formação da elite intelectual brasileira pode ser percebida em *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*, no qual o autor, Edmundo Campos Coelho (1999), reflete sobre a participação desses personagens no ambiente cultural brasileiro entre o Império e a Primeira República, asseverando,

inclusive, que a condição financeira de muitos deles não era boa por falta de clientela.

Retornando às análises empreendidas por Azevedo e Barros, estes superestimam a tradição humanística que teria perdurado até a década de 1930. Eles também colocam em segundo plano a participação dos agrônomos na condução dos destinos agrícolas do país, seja em postos no poder público, na criação de sociedades, seja em proposições de políticas agrícolas e de ensino agrícola para o país. Em contrapartida, a pesquisadora Sônia Regina de Mendonça atenta para uma mudança de postura ocorrida na agronomia desde o século XVIII, o que ocasionou um aumento da importância dos agrônomos em nível mundial:

Quando a agronomia deixou de ser um ‘passatempo’ ou vocação de amadores do século XVIII – alimentada por viagens, leituras e encontros diletantes – para converter-se num empreendimento pioneiro, mais rigoroso e menos desinteressado, a necessidade do ‘fazer escola’ – fosse para assegurar a sobrevivência de uma exploração custosa, fosse para propagandear racionalmente seus pressupostos – impôs-se como tarefa para esses inovadores da segunda metade do século passado, particularmente franceses. Sucederam-se, assim, as gerações de alunos formados pelas primeiras grandes escolas, tais como Grignon (França), Gembloux (Bélgica) ou Louisiana (EUA) (Mendonça, 1998, p. 20, grifo do autor).

Cabe lembrar ainda que, já em meados do século XIX, um grupo de indivíduos influentes na sociedade, detentores daquilo que o sociólogo Pierre Bourdieu (1998) chamaria de capital social e capital cultural, já defendiam a necessidade da criação de cátedras de agricultura e de química agrícola nas escolas. Um desses personagens foi Guilherme de Capanema¹, que, em sua obra *Agricultura: fragmentos de um relatório dos*

¹ Guilherme Schüch, o Barão de Capanema, nasceu em Minas Gerais (em Timbopeba, nos arredores de Mariana-MG), filho do austríaco Roque (Rochus) Schüch, bibliotecário e conservador do Gabinete de História Natural da Imperatriz Leopoldina. Guilherme de Capanema ingressou no Imperial Instituto Politécnico de Viena no ano letivo de 1841-42 e prosseguiu seus estudos por 5 anos, como bolsista do Imperador Pedro II. Em 1846-47 Capanema estudou na Academia de Minas de Freiberg. De retorno ao Brasil, em 1847-48, ingressou por concurso como professor na Escola Militar e fez também as provas necessárias para obtenção do título de Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, de 1849 a 1876,

comissários brasileiros à Exposição Universal de Paris, publicada em 1858, ressaltou a necessidade de se ter no país pessoas com saber aplicado para poder operar com as ferrovias, os maquinários, os adubos, só para citar alguns exemplos (Pádua, 2002).

No caso de Guilherme de Capanema, o fato de possuir o capital social, adquirido por herança paterna, e de manter contato com a Imperatriz Leopoldina, lhe permitiu angariar capital cultural e também econômico. Para Pierre Bourdieu (1998, p. 67), o capital social

[...] é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis.

Bourdieu lembra ainda que o volume de capital social que uma pessoa tem depende da rede de relações que consegue formar e do quanto de capital (cultural, econômico e simbólico) extrai daqueles com os quais se relaciona (Bourdieu, 1998). Capanema seria um exemplo disso, pois ampliou a rede de contatos do pai, mantendo relações estreitas com a corte e participando de sociedades e ambientes colegiados, fazendo com que sua rede de relações ocupasse os planos cultural, político, econômico e científico da época (Figueirôa, 2005).

É perceptível, portanto, que nem só de humanidades e bacharelismos viveu a sociedade brasileira entre os oitocentos e primeiras décadas dos novecentos. Desde o século XVIII, com as reformas pombalinas, buscavam-se, dentre outros elementos, a superação do ensino literário, clássico e o desenvolvimento do ensino científico (Azevedo, 1964). Ao longo dos oitocentos, observa-se a preocupação de alguns membros da sociedade e também do governo imperial com a criação de outro modelo formativo que pudesse influir de maneira mais efetiva no desenvolvimento econômico do país, o que implicava a necessidade de um novo fazer

quando se exonerou da instituição. Foi adjunto da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional. Pertenceu e ajudou a fundar a 'Sociedade Velosiana', chefiou a Seção de Geologia da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte (também conhecida como 'Comissão do Ceará ou Comissão das Borboletas'), e foi diretor da Repartição Geral dos Telégrafos desde meados da década de 1850 até o advento do regime republicano em 1889 (Figueirôa, 2005).

científico, que fosse pragmático e observasse as demandas econômicas do país. Em suma, como a ‘locomotiva’ econômica do país era a agricultura, deveriam ser criadas instituições que atendessem às necessidades deste setor.

Com esse intuito, a partir de 1860, em diversas províncias brasileiras, foram criados os institutos imperiais de agricultura, “[...] caracterizados como as primeiras instituições científicas para a agricultura, pertencendo à mesma iniciativa de construir problemáticas específicas para o país com o auxílio da ciência pragmática” (Oliver, 2005, p. 38). Nessa mesma direção, no ano de 1861, o governo imperial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), expressando a defesa de uma ciência utilitária que atendessem aos interesses prementes de um determinado setor da economia, o agrícola. A criação do MACOP foi mais um elemento no processo de institucionalização das ciências no Brasil, especialmente as ciências agrícolas (Bhering, 2008).

A institucionalização das ciências agrícolas no Brasil ocorreu de forma gradual, podendo-se inferir que a criação dos imperiais institutos de agricultura e do MACOP fez parte dos primeiros passos, que foram consolidados nas primeiras décadas do século XX a partir de várias ações, dentre as quais esteve a criação de várias escolas agrícolas de ensino superior em diversos estados brasileiros.

Outro fator que contribuiu para a institucionalização das ciências agrícolas foi a participação dos agrônomos na busca por autonomia em relação a outros campos do saber:

[...] iriam empenhar-se na constituição de um discurso que, exacerbando o caráter científico e autônomo de sua atividade, lhes garantisse não apenas a ‘libertação’ das forças exógenas, como também seu reconhecimento social e legitimidade intelectual (Mendonça, 1992, p. 27, grifo do autor).

O esforço dos agrônomos por obter reconhecimento social e intelectual passava necessariamente pela formação de um campo científico e profissional que se coadunasse com o discurso da época, ou seja, com o entendimento positivista de ciência. Segundo Ivan Lins (1964), o positivismo caracterizou-se como uma visão social de mundo largamente difundida entre os grupos de intelectuais que, no final do século XIX, participavam da formação cultural brasileira.

Os agrônomos, como categoria profissional emergente, afinaram seu discurso com outras práticas discursivas que se consolidavam, a exemplo da concepção positivista de ciência e do ideal modernizador, pragmático da sociedade. A construção do discurso dos agrônomos pode ser vista como uma estratégia para a formação e a posterior manutenção de um *habitus* de grupo que iria ser adquirido, principalmente, na formação oferecida nas escolas superiores de ensino agrônômico. A noção de *habitus* é descrita por Pierre Bourdieu (2007, p. 191) da seguinte forma:

[...] sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

O discurso científico assumido e difundido pelos agrônomos era utilizado como uma estratégia para a manutenção desse *habitus* e para a formatação e a regulação de seu campo científico, profissional e intelectual. Para Bordieu (1990, p. 94), as estratégias

[...] são empregadas pelos grupos a fim de que possam se produzir ou se reproduzir, isto é, para criar e perpetuar sua unidade, sua existência enquanto grupo, o que é quase sempre, em todas as sociedades, a condição da perpetuação da sua posição no espaço social.

As estratégias estabelecem a relação entre o *habitus* e o campo em que os sujeitos se inserem. No caso, no final do século XIX e início do século XX, os agrônomos começaram a construir um campo de atuação profissional, intelectual e científico, com seus próprios códigos e signos, nos quais se expressava o ambiente de disputas e de apropriação desigual de capitais (econômico, social, cultural). Nesse momento, os agrônomos erigiram para si um campo de atuação científica coadunado com os princípios científicos da época. Para Bourdieu (1983, p. 122-123):

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente

(isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Buscando firmar um campo científico e intelectual, os agrônomos incorporaram, como já foi mencionado, o discurso positivista de ciência, segundo o qual, esta teria um papel utilitário, pragmático, de construção social. Os agrônomos, portanto, assim como os engenheiros, estariam filiados a um campo científico que trabalharia com um tipo de saber aplicado e, assim, somavam-se a outras categorias profissionais que compunham a elite intelectual brasileira. Identificamos na prática discursiva difundida pelos agrônomos um conjunto de elementos que, apropriando-nos das ideias de Foucault (2007), denominamos de saber agrônômico. Para ele, o saber pode ser definido como

[...] o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não *status* científico; [...] o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; [...] finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...] (Foucault, 2007, p. 204).

O saber dos agrônomos consolidava-se no sentido de delimitar seu espaço, seu campo de abrangência, por meio da fala abalizada pelo título acadêmico. A princípio, o discurso dos agrônomos ganhava eco na estrutura do governo imperial, em um espaço privilegiado já mencionado neste trabalho: o MACOP. Esse ministério, na verdade, veio responder aos anseios do setor que impulsionava a economia brasileira na época, detendo o principal produto de exportação, o agrícola. Dizemos isto pelo fato de que, entre 1861 e 1889, respectivamente, os anos de implantação e extinção do MACOP, apesar da soberania de bacharéis no comando da pasta, os motivos que os levavam a ocupar esse posto eram seus laços estreitos com a agricultura: ou eram grandes proprietários de terras ou filhos destes.

Nº	Nome	Formação	Período em que foi Ministro
1	Joaquim José Inácio de Barros (Visconde de Inhaúna)	militar	02/03/1861 a 21/04/1861
2	Manuel Felizardo de Souza Melo	matemático (Universidade de Coimbra) e militar	21/04/1861 a 24/05/1862
3	Antônio Coelho de Sá Albuquerque	—	24/05/1862 a 30/05/1862
4	João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Barão e Visconde de Sinimbu)	bacharel em Direito (Olinda)	30/05/1882 a 09/02/1863 e 05/01/1878 a 28/03/1880
5	Pedro de Alcântara Bellegarde	militar e engenheiro	09/02/1863 a 15/01/1864
6	Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá)	bacharel em Direito (São Paulo)	15/01/1864 a 20/07/1864
7	João Pedro Dias Vieira	bacharel em Direito (São Paulo)	20/07/1864 a 31/08/1864
8	Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	bacharel em Direito (São Paulo)	31/08/1864 a 12/05/1865
9	Antônio Francisco de Paula Sousa	engenheiro (Suíça e Alemanha)	12/05/1865 a 03/08/1866
10	Manuel Pinto de Sousa Dantas	bacharel em Direito (Recife)	03/08/1866 a 16/07/1868
11	Joaquim Antão Fernandes Leão	bacharel em Direito	16/07/1868 a 10/01/1870
12	Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcanti)	bacharel em Direito (Recife)	10/01/1870 a 29/09/1870
13	Jerônimo José Teixeira Júnior (Visconde do Cruzeiro)	bacharel em Direito (São Paulo)	29/09/1870 a 20/11/1870
14	João Alfredo Corrêa de Oliveira	bacharel em Direito (Recife)	20/11/1870 a 07/03/1871
15	Teodoro Machado Freire Pereira da Silva	bacharel em Direito (Recife)	07/03/1871 a 20/04/1872
16	Cândido Borges Monteiro (Visconde de Itaúna)	médico (Rio de Janeiro)	20/04/1872 a 26/08/1872
17	Francisco do Rego Barros Barreto	engenheiro	26/08/1872 a 28/01/1873
18	José Fernandes da Costa Pereira Júnior	bacharel em Direito (São Paulo)	28/01/1873 a 25/06/1875
19	Tomás José Coelho de Almeida	bacharel em Direito	25/06/1875 a 05/01/1878
20	Manuel Buarque de Macedo	engenheiro e matemático	28/03/1880 a 31/08/1881

21	Pedro Luís Pereira de Sousa	bacharel em Direito (São Paulo)	31/08/1881 a 03/11/1881
22	José Antônio Saraiva (Conselheiro Saraiva)	bacharel em Direito	03/11/1881 a 21/01/1882
23	Manuel Alves de Araújo	bacharel em Direito (São Paulo)	21/01/1882 a 03/07/1882
24	André Augusto de Pádua Fleury	bacharel em Direito (São Paulo)	03/07/1882 a 16/12/1882
25	Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	bacharel em Direito (Recife)	16/12/1882 a 07/01/1883 e 07/06/1889 a 15/11/1889
26	Henrique Francisco d'Ávila	bacharel em Direito (São Paulo)	07/01/1883 a 24/05/1883
27	Afonso Augusto Moreira Pena	bacharel em Direito (São Paulo)	24/05/1883 a 06/06/1884
28	Antônio Carneiro da Rocha	bacharel em Direito	06/06/1884 a 06/05/1885
29	João Ferreira de Moura	bacharel em Direito (Olinda)	06/05/1885 a 20/08/1885
30	Antônio da Silva Prado	bacharel em Direito (São Paulo)	20/08/1885 a 10/05/1887 e 27/06/1888 a 05/01/1889
31	Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva	bacharel em Direito	10/05/1887 a 27/06/1888 e 05/01/1889 a 07/06/1889

Quadro 1. Ministros da Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1861 e 1889.

Fonte: Brasil (2009a).

Do quadro anterior, depreende-se que a maioria dos indicados para a pasta de agricultura era oriunda da província de São Paulo, de famílias de grandes proprietários de terras, principalmente ligados à cultura do café. Por isso, era parte interessada no encaminhamento das políticas desse ministério, tendo um interesse objetivo na solução de problemas inerentes à cultura cafeeira. Esta seria uma das razões para que, no Congresso Agrícola ocorrido em 1878, promovido na cidade do Rio de Janeiro pelo MACOP, fossem chamados apenas representantes das províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Cabe ressaltar, ainda, que a ausência de agrônomos na direção da pasta não é estranha, visto que havia apenas um curso de formação superior em funcionamento no Brasil até o início dos novecentos, qual seja, o curso da Escola Agrícola de São Bento de Lages, situada na província da Bahia. Assim, a quantidade de agrônomos existentes no país era muito pequena.

Contudo, esses profissionais encontraram sustentação nos grandes proprietários de terras, no sentido de se estabelecerem como categoria abalizada para falar dos problemas no campo. Os fazendeiros viam nos agrônomos uma possível saída para os problemas que assolavam o campo, tais como: infestação por pragas, baixa produtividade e técnicas obsoletas de cultivo. Já os agrônomos, dependiam do respaldo dos fazendeiros para estabelecer seu campo de atuação e consolidar seu tipo de saber científico.

O pesquisador Nilton de Almeida Araújo (2006) e a pesquisadora Maria Antonieta Tourinho (1982), em trabalhos que abordam a Escola Agrícola de São Bento de Lages, enfatizam os discursos existentes nas teses de conclusão de curso das primeiras turmas de formandos. Ressaltam trabalhos que tematizam a modernização das técnicas, o controle de pragas, a modificação na gestão das fazendas e a necessidade de o agrônomo ocupar postos de controle estatal no tocante às questões agrícolas, além de sua imprescindibilidade na modernização do campo.

O agrônomo é *rex naturae*, que estudando os fenômenos da vegetação, dirige com suas leis, e as mais preconizadas, a agricultura; esta fonte de riqueza de onde emana a civilização dos povos. Sem ele a agricultura não é mais do que rotina (Oliveira, 1890 apud Araújo, 2006, p. 71).

Os agrônomos afirmavam que o saber por eles adquirido nas cadeiras acadêmicas lhes propiciava uma condição de destaque na discussão das questões agrícolas. Tal posição deveria ser entendida como natural, especialmente em razão da cientificidade dessa profissão: sendo a ciência a determinação da verdade, os agrônomos teriam o direito natural e a condição adequada para pensar o desenvolvimento do país por meio da modernização agrícola. Nesse sentido, é de fundamental importância perceber o papel da escola na construção da diferenciação e, no caso dos agrônomos, o das escolas agrícolas. Para Bourdieu (2007, p. 221, grifo do autor):

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a ‘distinção’ – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas; aqueles que possuem como ‘cultura’ (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes.

Os agrônomos colocavam-se como porta-vozes de uma nova ciência, a ciência agrícola, que estaria em sintonia com os ideais positivistas. Com base nestes, afirmavam que as ciências agrícolas compreendiam os saberes de diversas áreas do conhecimento e tinham como prática a observação, a identificação e representação dos fenômenos científicos que se apresentavam na agropecuária e podiam ser aplicados ou não de forma imediata na produção. Os agrônomos viam e experimentavam regras universais na produção agrícola e, dessa forma, toda a observação possibilitava um redimensionamento de suas práticas, resultando em um acúmulo de conhecimento (Oliver, 2005, 2009).

Havia também um ambiente favorável ao reconhecimento e à difusão desse saber técnico, aplicado e pragmático, em virtude da criação, no último quartel do século XIX, de instituições ligadas à botânica, à geologia, à mineralogia, à química, dentre outras.

Entretanto, com o ocaso do regime monárquico e o fechamento do MACOP, com seu ‘rebaixamento’ a uma secretaria vinculada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, os agrônomos, assim como os grandes agricultores, perderam a ‘ponte’ entre seus interesses e a construção de políticas públicas para o setor agrícola. No meio agrícola, isso deu espaço à ideia da constituição de uma associação que congregasse os interesses e unificasse as ações do setor.

Ressaltamos, porém, que desde 1880, os agricultores já se reuniam em associações, a exemplo dos clubes de lavoura e, após a abolição da escravidão, em comícios agrícolas, buscando saídas coletivas e fortalecimento político para as resoluções de seus problemas, tais como falta de mão de obra e indisponibilidade de crédito (Mendonça, 1997). Todavia, foi somente no ano de 1896 que um grupo de quarenta e sete

peessoas, reunido na sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tendo à frente o engenheiro Antônio Ennes de Souza², fundou uma entidade específica para tratar dos problemas agrícolas brasileiros, propondo e cobrando do governo iniciativas que respondessem aos interesses do setor. Tal entidade recebeu a denominação de Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e, durante as primeiras décadas dos novecentos, constituiu-se como um dos mais importantes agentes para a construção de políticas para o meio agrícola e para o ensino agrícola, de forma específica.

1.1. A Sociedade Nacional de Agricultura e a construção das políticas agrícolas no início do século XX

A criação da Sociedade Nacional de Agricultura, gestada desde maio de 1896, somente se tornou fato após a aprovação do seu estatuto em janeiro de 1897, cujo modelo foi o de uma instituição homônima criada na França nessa mesma década em virtude do movimento denominado *retour à la terre* (Mendonça, 1997).

Os membros da SNA buscavam, como já foi mencionado, alinhar o discurso, torná-lo homogêneo, fazendo ‘ecoar mais alto’ as reivindicações dos organismos ligados ao setor primário da economia brasileira. Os integrantes da SNA defendiam uma verdadeira ‘cruzada’ em busca da regeneração agrícola do país e, para isso, seria necessário que o governo republicano percebesse e investisse na propalada ‘vocaçãõ agrícola brasileira’ (Mendonça, 1997, 2000).

Em um regime republicano ainda em gestação, a SNA aproveitava-se dos ‘vácuos’ de atuação deixados pelo poder público para exercer sua liderança nas questões ligadas ao setor agrícola. Dessa forma, buscava ganhar espaço junto à sociedade, sabidamente os grandes fazendeiros, fortalecendo, com isso, suas ações. Na tentativa de aglutinar o segmento que representava e para unificar o discurso, a SNA promoveu no ano de 1901, entre os dias 20 de setembro e 8 de outubro, o I Congresso Nacional de Agricultura e estabeleceu, como uma de suas principais demandas, a

² Nascido em 1848 na cidade de São Luís do Maranhão, era descendente de família de comerciantes. Formou-se engenheiro pela Universidade de Zurique e Freyber na Suíça, foi catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, criador dos Comícios Agrícolas, diretor da Casa da Moeda, fundou a biblioteca popular no Maranhão, foi membro da Sociedade Química de Berlim e membro fundador da Sociedade Brasileira de Ciências (Mendonça, 1997).

criação, por parte do governo republicano, de um órgão (ministério) que estabelecesse um canal direto de articulação entre as questões agrárias e a política de governo.

Ao lado da proposta de criação de um ministério que atendesse aos interesses da área, a SNA vislumbrava a criação de uma rede escolar que formasse trabalhadores com capacidade técnica para promover a modernização agrícola. As determinações do I Congresso de Agricultura, num total de 96 (noventa e seis), foram transcritas no Relatório do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do ano 1901. A primeira delas era:

O Congresso Nacional de Agricultura, no intuito de organizar todos os elementos de instrução ou educação agrícola e de difundir a maior soma de meios para instruí-la e praticá-la, cominando e desenvolvendo igualmente todas as iniciativas, recursos, atividades e energias no trabalho e da produção, em uma orientação esclarecida, adiantada e segura, pede aos poderes públicos do país que seja criada a seção ou departamento de agricultura, a parte ou junto ao atual Ministério da Indústria e Viação (Brasil, 1901, p. 59).

Segundo as resoluções do congresso, tal departamento (ministério) de agricultura poderia englobar setores já existentes, como o Museu Nacional, o Jardim Botânico e a Seção de Estatística, mas era de fundamental importância que possuísse as seguintes seções: Estatística e Economia Rural; Indústria Animal; Botânica; Química; Meteorologia Agrícola; Microscopia e Bacteriologia; Solos; Florestal; Pomologia ou de frutos; Sementes; Fibras Têxteis; Entomologia; Horticultura; Ornitologia e caça; Caminhos públicos e de meios de transporte; Mercados internos e estrangeiros; Publicidade, divulgação e propaganda agrícola. Deveria também dispor de museu e de biblioteca.

As funções das dezessete sessões do referido departamento foram descritas no relatório, refletindo a visão da SNA quanto à especialização das atividades agrícolas. Com tal entendimento, a SNA era motivada a defender a criação de uma rede de ensino agrícola que atendesse ao processo de especialização das atividades; tanto que, das noventa e seis teses aprovadas pelo congresso, onze diziam respeito à instrução agrícola, cujo exemplo eram as ações desenvolvidas nos Estados Unidos da América. Nas teses referentes à educação agrícola estava explícita a crítica

ao modelo existente, que, até então, era marcado por uma feição “[...] especulativa e acadêmica dos primeiros institutos” (Brasil, 1901, p. 61).

Ainda no que se refere à educação agrícola, detalhava-se como esta deveria se organizar, em termos dos níveis elementar, médio e superior. Cobrava-se também, como uma necessidade premente, que o governo tomasse as ‘rédeas’ do ensino agrícola, chamando para si a responsabilidade por investimentos na área, tendo sempre como exemplo os EUA.

A exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, cujas instituições políticas procurou o Brasil imitar e cujo o ensino sob todas as suas formas deve a maior expansão e grandeza que possui aos esforços e doações da iniciativa particular, pede o Congresso o concurso da União e dos Estados para a instituição e desenvolvimento do ensino agrícola. O Governo Federal Americano entendeu, desde os primeiros anos de vida constitucional, que era seu dever desenvolver o ensino primário e o ensino agrícola, dotando mais recentemente este último pelo *State agricultural fund* ou *Morril Bill* votado em 1862 [...] hoje existem 43 instituições dessa natureza ou colégios agrícolas em todos os Estados e territórios, a exceção apenas do Alasca e do país dos índios. ‘Os agricultores brasileiros esperam que os poderes públicos do seu país não lhes recuse aquilo que somente aos índios da América do Norte ainda não foi concedido, e as instituições de ensino agrícola que já existem nos Estados, ou as que venham a formar ou refundir, encontrem a mesma proteção e auxilia que encontraram as americanas’ (Brasil, 1901, p. 61-62, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que reivindicavam maior participação do poder público na resolução dos problemas agrários, alguns dos associados da SNA que tinham mandato político usavam de sua influência para propor um projeto de lei para criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tal projeto, pensado dentro da SNA, chegou ao congresso no ano de 1902, por intermédio dos deputados-usineiros Ignácio Tosta³ (Bahia) e Christino Cruz (MA), sendo aprovado e sancionado pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906 (Otranto, 2005).

³ Joaquim Inácio Tosta, deputado federal pela Bahia, filho do Barão de Nagé, membro fundador e primeiro presidente da Sociedade Baiana de Agricultura vinculada a Sociedade Nacional de Agricultura (Araújo, 2006).

A pesquisadora Sônia Regina de Mendonça (1997) ressalta o fato de que, durante a Primeira República, todos os onze ministros da Agricultura, Indústria e Comércio eram membros da SNA e os três últimos, ex-presidentes da entidade, o que refletia o grau de influência da SNA sobre o MAIC.

Outra frente de atuação da SNA era a difusão de suas ideias por meio de um periódico. Desde o ato de sua fundação, fez circular a revista denominada *A Lavoura* (1906), cujo objetivo era vulgarizar as ideias dessa sociedade, bem como informar o leitor sobre questões técnicas ligadas ao meio agrícola. Buscava-se, por meio dessa revista, divulgar informações práticas relacionadas ao dia a dia da lavoura, inculcando uma nova mentalidade racional e divulgando os feitos da entidade e demais afiliadas distribuídas pelos diversos estados do país. Em uma das passagens da revista, fica evidente o caráter técnico-modernizante dado à agricultura.

A agricultura não é mais um ofício para ser exercido por homens incultos, sem preparo, sem as luzes da ciência; e o agricultor deixou de ser, nos tempos modernos, um simples operário rural a trabalhar para a coletividade sem certos preparativos sociais, sem o direito de influir direta e positivamente na direção dos negócios públicos (*A Lavoura*, 1906, p. 15).

Da perspectiva da SNA, portanto, era importante que houvesse pessoas com formação adequada para comandar a empresa agrícola e os profissionais dotados das ‘luzes da ciência’ seriam os agrônomos. A ciência da qual dispormos seria baseada nos ideais positivistas, sustentada na aplicação e na experiência. Contudo, poucas eram as instituições formadoras de agrônomos no Brasil até a criação do MAIC, em 1906: a Escola Agrícola da Bahia (EAB)⁴, o Liceu Riograndense de Agronomia e Veterinária (1893) e a Escola de Agricultura Prática de Piracicaba (ESALQ), fundada em 1901.

Dentre essas três instituições, a ESALQ merece destaque, já que se situava na região econômica mais desenvolvida do país e era frequentada

⁴ A Escola Agrícola da Bahia formou aproximadamente 280 agrônomos até 1904; a partir então, foi fechada, passando a funcionar como Instituto Agrícola da Bahia sob a administração do governo do estado, sem formação superior, apenas promovendo cursos para agricultores, fazendeiros, criadores e trabalhadores rurais. A instituição somente voltaria a promover ensino superior a partir de 1911 (Araújo, 2006).

basicamente por filhos de grandes agricultores. Além disso, na primeira metade do século XX, apresentava como a instituição com o maior número de agrônomos formados, o que fazia circular nacionalmente o ideário e o *habitus* dos quais era portadora. A ESALQ caracterizou-se por um ensino pragmático-demonstrativo, em que as aulas práticas deveriam corresponder ao dobro das teóricas e a pesquisa deveria ser estimulada, de forma a incutir nos alunos um espírito positivo, segundo o qual a prática seria o critério da verdade (Mendonça, 1992).

Assim como a ESALQ, a SNA difundia a adoção de um ensino pragmático-demonstrativo. Contudo, enquanto a ESALQ defendia exclusivamente os interesses dos cafeicultores paulistas, a SNA tinha uma visão mais global dos problemas agrários, considerando as diferentes regiões de onde provinham seus membros. Existia outro ponto de discordância: a diversificação da agricultura defendida pela SNA era ignorada pela ESALQ. Como elas divergiam em muitos pontos⁵, a primeira passou a defender a criação de outra instituição de ensino superior que pudesse rivalizar com o pensamento esalquiano (Mendonça, 1998).

Tal instituição de formação de agrônomos, gerida pelo governo federal, deveria defender as ideias da SNA, ou, como quer Mendonça (1998), constituir um movimento contra-hegemônico, promovendo a construção de outro *habitus* de classe. Esses agrônomos deveriam estar imbuídos do projeto de regeneração da agricultura nacional defendido pela SNA, o qual tinha cinco aspectos: diversificação produtiva; defesa da criação de uma agência estatal que respondesse aos anseios do setor agrícola; modernização agrícola, por meio da difusão de novas técnicas e da incorporação da mecanização em substituição ao trabalho manual, e estimulação da pequena propriedade como forma de fixação da mão de obra no campo (Mendonça, 1997).

Esses cinco pontos eram fundamentais para a superação da letargia, do atraso em que se encontrava o campo, na qual a SNA teria um papel decisivo, tendo quatro atribuições:

⁵ Um aspecto emblemático para demonstrar as divergências entre a SNA e a ESALQ é que, apesar de São Paulo, com sua cultura cafeeira, responder pelo maior desenvolvimento econômico durante toda a primeira metade do século XX, não houve nenhum paulista presidindo a SNA (Mendonça, 1997).

a) o de instância organizativa dos proprietários rurais de menor peso; b) o de agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante; c) o de órgão de consulta e prestação de serviços aos associados e, finalmente, d) o de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos (Mendonça, 1997, p. 50).

Tais atribuições tinham sido desenvolvidas com grande competência pela SNA.

Quanto à organização dos proprietários rurais, já eram 101 as sociedades de agricultura espalhadas pelo país, 44 delas instituídas na forma de sindicatos (Brasil, 1906). A maioria tinha periódicos, buscando informar e formar opinião sobre os problemas agrícolas.

Quanto ao papel de órgão de consulta e de prestação de serviço, a SNA desempenhava, desde sua fundação, um serviço de distribuição de plantas e sementes gratuitas. Somente no ano de 1906, essa instituição tinha atendido a 3.906 pedidos, além de contribuir para a difusão de uma tecnologia de aparelhos movidos a álcool e para a manutenção de um horto frutícola, cuja variedade chegava a 2.211 espécies de plantas (Brasil, 1906).

Não bastassem tais iniciativas, a Sociedade organizava visitas técnicas ao Horto da Penha, mantido por ela em parceria com a União e contando, inclusive, com um aprendizado prático, no qual os visitantes experimentavam as técnicas utilizadas. Ainda, no Horto frutícola da Penha, a SNA mantinha alunos internos que dispunham de alojamento, alimentação e ensino gratuitos e recebiam o ensino do manejo das indústrias rurais, as observações meteorológicas, dos ensaios físico-químicos em laboratório, o manejo de máquinas de arar e as operações de cultura, tais como: plantio, adubação, rega, enxertia, poda e tratamento das plantas doentes (Brasil, 1908).

No tocante à atuação da SNA como instrumento de pressão política, já foi mencionado o esforço empregado na criação de um ministério voltado para as questões agrárias, o que se consumou no ano de 1906, com a assinatura do decreto-lei nº 1.606.

Apesar de ter sido criado oficialmente em 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a funcionar de fato em 1909. Mesmo que tenha sido idealizado e proposto pela SNA, foram os paulistas os que exerceram seu poder nesse ministério nos primeiros quatro anos, ou

seja, entre 1909 e 1913. Nesse período, desempenharam o papel de ministros: Antônio Cândido Rodrigues⁶ (1909), Rodolpho da Rocha Miranda⁷ (1909-1910) e Pedro de Toledo⁸ (1910-1913).

A criação do MAIC representou a participação do Estado na difusão de um discurso científico sustentado nas ciências agrícolas. Esse ministério adotou as ideias positivistas de utilização da ciência aplicada como uma das formas de conduzir à superação dos problemas enfrentados pela agricultura brasileira.

A incorporação do positivismo por parte do MAIC fica evidente no fato de que membros da Igreja Positivista do Brasil ocuparam alguns de seus órgãos, como a Diretoria Geral de Contabilidade, comandada por Mário Carneiro⁹, o Serviço de Proteção aos índios e de localização de

⁶ Antônio Cândido Rodrigues, filho de João José Rodrigues (foi juiz de Direito) e de Jesuina Ribeiro dos Santos, estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde se formou engenheiro militar. Foi construtor da rodovia Curitiba/Assuagy; chefe do serviço de colonização do Paraná; diretor da Secretaria de obras públicas de São Paulo (1880-1883); deputado provincial (1884-1889); secretário Estadual de Agricultura de São Paulo (1900-1902); deputado federal (1903-1906); secretário de Agricultura (1908-1909); vice-presidente do Estado de São Paulo (1916-1920); fundador da Sociedade Paulista de Agricultura; membro do Partido Democrático; presidente da Liga Agrícola Brasileira (1921); cafeicultor (Mendonça, 1998).

⁷ Rodolpho da Rocha Miranda, filho do barão de Bananal, viveu em Paris, foi deputado constituinte e federal por São Paulo (1897-1900), senador estadual (1919-1928), fundador do partido republicano conservador junto com Pedro de Toledo, líder do ramo paulista do pinheirismo hermista, membro da SNA, cafeicultor, industrial em Piracicaba e comerciante em Santos e banqueiro (Mendonça, 1998).

⁸ Pedro de Toledo nasceu em São Paulo em 1860 e faleceu no Rio de Janeiro em 1935. Formou-se em Direito (SP) em 1884. Foi eleito deputado estadual em 1895 e deputado federal em 1905 e 1907. Foi ministro do Brasil em Roma e em Madri em 1913, membro fundador da Academia Paulista de Letras, em 1922, embaixador em Buenos Aires, cargo em que foi aposentado. Em 1932, foi nomeado interventor federal no Estado de São Paulo, tornando-se, depois, por aclamação popular, chefe supremo da Revolução Constitucionalista (Mendonça, 1998).

⁹ Mário Barbosa Carneiro, nascido em Niterói em 17 de abril de 1872, ingressou na Religião da Humanidade em 1891 e estudou na Escola da Marinha. Em 1890, chegou ao cargo de amanuense do Arsenal da corporação do Rio de Janeiro. Em 1893, foi transferido para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Em 1909, foi transferido para o recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ocupando o posto de Diretor Geral de Contabilidade. Ainda no

trabalhadores nacionais (SPILTN), comandado pelo então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon¹⁰, e o Serviço Geológico e Mineralógico (Bhering, 2008).

O pesquisador Marcos Jungmann Bhering (2008), ao analisar a inserção do positivismo nas políticas e instituições da agricultura no Brasil entre os anos 1909 e 1935, conclui:

A criação do MAIC foi a expressão de um processo em que o postulado positivista de que a ciência deveria ser aplicada, única forma a se chegar ao progresso, este que deveria ser levado às classes trabalhadoras do campo através da ação de um grupo de funcionários neutros, significou a retomada de um processo já existente que relacionava as ciências com a agricultura pela SNA (Bhering, 2008, p. 66).

MAIC, entre os anos 1930 e 1932, ocupou o posto de Ministro interino em substituição a Assis Brasil, cargo em que se aposentou (Bhering, 2008).

¹⁰ Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Mimoso, no estado do Mato Grosso, no dia 5 de maio de 1865. Filho de Cândido Mariano da Silva e Claudina de Freitas Evangelista da Silva, perdeu os pais muito cedo, sendo criado em Cuiabá pelo tio, de quem herdou e incorporou o sobrenome 'Rondon'. Tornou-se professor primário aos 16 anos, mas optou pela carreira militar servindo como soldado no 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, ingressando dois anos depois na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1886, entrou para a Escola Superior de Guerra, onde assumiu um papel ativo no movimento pela proclamação da República. Fez o curso do Estado Maior de 1ª Classe e foi promovido a alferes (atual 'aspirante a oficial'). Graduiu-se como bacharel em Matemática e em Ciências Físicas e Naturais, participando dos movimentos abolicionista e republicano por volta de 1890. Em 1889, Rondon participou da construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá, assumindo a chefia do distrito telegráfico de Mato Grosso. Foi nomeado professor de Astronomia e Mecânica da Escola Militar. Entre 1900 e 1906 dirigiu a construção de mais uma linha telegráfica, entre Cuiabá e Corumbá, alcançando as fronteiras do Paraguai e da Bolívia. Foi convidado pelo governo brasileiro para ser o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), criado em 1910. Entre 1919 e 1925, foi diretor de Engenharia do Exército e, após sucessivas promoções, chegou a general de divisão. Em 1930, solicitou sua passagem para a reserva do Exército. Nos anos 1940, tornou-se presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Em 1955, o Congresso Nacional conferiu-lhe a patente de marechal; no ano seguinte, o então estado de Guaporé passou a ser chamado de Rondônia em homenagem ao seu desbravador. Faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1958, com quase 93 anos (Brasil, 2009b).

Buscando responder ao pensamento positivista e a outras demandas provenientes do setor agrícola, o MAIC tinha várias atribuições, englobando tudo o que guardasse alguma relação com o espaço agrícola. Desse modo, além das atribuições burocráticas, próprias de um ministério, estavam sob sua responsabilidade:

O ensino agrícola, estações agronômicas, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola; imigração e colonização, catequese e civilização dos índios; escolas veterinárias, postos zootécnicos, proteção contra doenças de animais; importação e seleção das raças aperfeiçoadas; estudos de pastos, jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisições e distribuição de plantas e sementes; estudos científicos; observatórios agronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica; irrigação e drenagem (Bhering, 2008, p. 55-56).

Essas atribuições do MAIC encontravam-se divididas em duas diretorias, a Diretoria Geral de Agricultura Indústria Animal e a Diretoria Geral de Indústria e Comércio, cada uma das quais com três seções. Contudo, já no ano de 1910, a estrutura do MAIC sofreria alterações, passando a contar com mais uma diretoria, a de Contabilidade, com três seções, ao passo que as das anteriores foram reduzidas para duas.

Diretorias	Seções	Atribuições
De 1909 a 1910		
Diretoria Geral de Agricultura e Indústria Animal	1 ^a	Serviço de Agricultura Prática; estações agronômicas; campos experimentais; serviço de defesa agrícola; Serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais (SPILTIN); jardim botânico; museu nacional; meteorologia e astronomia; estatística e Instituto Biológico
	2 ^a	Posto Zootécnico Federal; Serviço de Veterinária; Inspeção sanitária; registro de animais e Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
	3 ^a	Orçamento; escrituração e despesas

Diretoria Geral de Indústria e Comércio	1ª	Mineração; Escola de Minas; patentes de invenção; Escola de Aprendizes e Artífices; Indústria Extrativa; Serviço Geológico e marcas de fábrica
	2ª	Junta Comercial; ensino profissional; serviço de propaganda e tratados
	3ª	Nomeações; montepios e escrituração
De 1910 a 1915		
Diretoria Geral de Agricultura e Indústria Animal	1ª	Ensino Teórico e prático; serviço de inspeção e defesa agrícola; serviço de povoamento; SPILTN; museu nacional; economia rural; sindicalismo e cooperativismo; sociedades agrícolas; diretoria de meteorologia; serviço de estatística; museu agrícola; superintendência da borracha; congressos e conferências
	2ª	Serviço de Veterinária; Postos Zootécnicos; importação de reprodutores; registro de lavradores e criadores; registro genealógico animais; escola de laticínios
Diretoria Geral de Indústria e Comércio	1ª	Mineração; serviço geológico e mineralógico; escola de minas; patentes de invenções; inspetoria de pesca; organização e assistência ao trabalho
	2ª	Tratados de comércio; assessoria comercial; junta de corretores; sociedades anônimas; museu comercial; serviço de propaganda e expansão; junta comercial
Diretoria Geral de Contabilidade	1ª	Orçamento geral; escrituração; registro despesas; balancetes; créditos
	2ª	Aposentadorias montepios; almanaque de pessoal; contratos
	3ª	Guias; fiscalização de auxílios; inspeção de associações

Quadro 2. Organograma e atribuições do Maic (1909-1915).

Fonte: Brasil (1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915).

As modificações ocorridas menos de um ano após a efetivação da pasta correspondiam ao objetivo de definir melhor suas atribuições, organizando a estrutura burocrática. Em resultado, instituições concebidas de forma isolada, tais como as estações agrônômicas, foram colocadas sob a responsabilidade do Serviço de Inspeção e Defesa. Outra modificação, na forma de acréscimo, foi a inserção do Ensino Teórico e Prático em atenção aos anseios da SNA quanto à implantação da educação agrícola por parte do governo federal (Mendonça, 1997, 2000).

Some-se a isso a criação de uma seção voltada para a difusão do cooperativismo, outra bandeira da SNA, a da Superintendência da Borracha, que viria atender aos pleitos da região Norte, e a criação do Museu Agrícola e de uma subdiretoria voltada para a organização e a promoção de eventos e congressos, respondendo aos preceitos cientificistas vigentes à época (Mendonça, 1997).

Outras alterações tinham um caráter centralista: a criação do Serviço de Veterinária, sob cuja tutela ficariam a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), os postos zootécnicos e as fazendas-modelo; a do Registro de Lavradores e Criadores, como uma contrapartida estatal ao trabalho realizado por esses trabalhadores. Além disso, a criação da Inspetoria de Pesca, que, no artigo 11 de seu regulamento, definia como “[...] pescador todo o indivíduo que, da pesca vivendo, possua a respectiva matrícula nas estações então criadas” (Brasil, 1912); ou seja, demarcava que somente seria pescador aquele que tivesse o reconhecimento da União.

O MAIC também foi palco de disputas entre os paulistas cafeicultores e os integrantes da SNA. Em razão de tais desentendimentos, transcorreu um período de três anos entre sua aprovação legal e sua implantação. Ao que parece, sua implantação somente se efetivou por força de pressões exercidas pela SNA e com a indicação da titularidade da pasta, a princípio, a representantes da oligarquia paulista. Com isso, o presidente Nilo Peçanha¹¹ buscava agradar tanto os integrantes dessa sociedade quanto os cafeicultores paulistas.

¹¹ Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos dos Goytacazes –RJ em 1867, filho de Sebastião de Sousa Peçanha, padreiro, e de Joaquina Anália de Sá Freire, descendente de uma família importante na política norte-fluminense. Participou das campanhas abolicionista e republicana. Iniciou a carreira política ao ser eleito para a Assembleia Constituinte em 1890. Em 1903, foi eleito sucessivamente senador e presidente do estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1906, quando foi eleito vice-presidente de Afonso Pena. Foi maçom e grão-mestre

Não obstante tal disputa por espaços no interior da estrutura do poder estatal, a SNA, desde o início, guardou uma grande afinidade com as políticas pensadas para e pelo ministério (Mendonça, 1998). Isso pode ser constatado no auxílio dado pelo governo federal ao desenvolvimento de projetos da entidade, tais como a distribuição de mudas e sementes e a manutenção do Horto Frutícola da Penha. Mais, a partir de 1906, nos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, na seção destinada à agricultura, estão listadas as realizações empreendidas pela SNA com destaque para a parceria estabelecida entre a União e a SNA.

A participação da SNA na construção das políticas para a agricultura brasileira fica mais evidenciada no relatório do MIVOP de 1907, onde consta que um dos membros dessa sociedade foi designado para empreender uma viagem aos Estados Unidos da América e a alguns países da Europa com o objetivo de observar e colher informações que pudessem orientar a construção das políticas agrícolas brasileiras.

Aproveitando a viagem que compreendeu à Europa e aos Estados Unidos, o digno presidente da Sociedade Nacional de Agricultura¹², o governo incumbiu-o de estudos sobre o ensino agrícola e a organização dos departamentos de serviços agrários no estrangeiro, e espera o resultado das suas observações, que serão de grande proveito, atenta a sua competência e dedicação aos interesses agrícolas (Brasil, 1907, p. 5).

Torna-se mister frisar que, nesse mesmo período, também se encontrava em viagem técnica aos EUA e à Europa Gustavo D'Utra¹³,

do Grande Oriente do Brasil, de 23 de julho de 1917 a 24 de setembro de 1919, quando renunciou ao cargo. Com a morte de Afonso Pena em 1909, assumiu o cargo de presidente. Durante seu governo presidencial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e inaugurou o ensino técnico no Brasil (Koifman, 2001).

¹² Nesse período, o presidente da SNA era Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello, natural do Rio Grande do Sul, fazendeiro; engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, professor do Colégio Pedro II; catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; diretor da Escola Normal Livre; diretor da Cia. Promotora de Indústrias e Melhoramentos; presidente da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil e da Cooperativa de Consumo Ítalo-Brasileira; membro da Comissão de revisão e tarifas da Câmara dos Deputados (Mendonça, 1997).

¹³ Gustavo D'utra, nascido na Bahia, formou-se em agronomia pela Escola Agrícola da Bahia (1880), tornando-se depois professor dessa escola. Foi diretor do Instituto

subvencionado pelo governo do estado de São Paulo para realizar uma investigação sobre a situação do ensino agrícola nessas partes do mundo. Tais observações foram publicadas sob a forma de livro, com um destaque para o desenvolvimento do ensino agrícola na França e para a produtividade agrícola norte-americana (D'utra, 1908).

Dessa forma, mesmo concordando com a afirmação de pesquisadores como Sônia Regina de Mendonça (1997) sobre a influência exercida pela SNA na condução da política do MAIC, pensamos que, em um primeiro momento a influência paulista foi marcante, sobretudo na organização das políticas para o ensino agrícola. Fazemos esta afirmação com base nos relatórios do MIVOP, principalmente no de 1908: na parte dedicada ao ensino agrícola está destacado que o estado de São Paulo tinha a estrutura mais completa do país.

Nesse mesmo relatório, é realizada uma descrição completa do ensino agrícola em São Paulo: as atribuições de cada instituição, seus diretores e o orçamento destinado a cada uma. Isto permite inferir que o exemplo de São Paulo deveria servir para o restante do país.

O ensino agrícola nesse Estado pode ser dividido nas seguintes categorias: superior, médio ou secundário e elementar ou prático, sendo o primeiro ministrado na Escola Politécnica, o segundo na Escola Agrícola Prática Luiz de Queiróz, em Piracicaba, e o elementar nos aprendizados agrícolas: Dr. Bernardino de Campos, Dr. João Tibiriça e nas Escolas de Trabalhadores Rurais, em Araras, e de Pomologia e Horticultura, na Capital (Brasil, 1908, p. 37).

Além dessas, o relatório destacava outras instituições que tinham uma função complementar na organização do ensino agrícola: o Instituto Agrônomo de Campinas; o Posto Zootécnico Central Dr. Carlos Botelho; Horto Botânico da Cantareira e Horto Tropical de Cubatão; Fazenda Modelo, anexa à Escola Luiz de Queiróz; campos de experiência, anexos aos aprendizados; campo de demonstração da cultura do arroz por irrigação, na Estação Moreira César, e dois hortos florestais em Jundiá (Brasil, 1908).

Agrônomo de Campinas (1900-1907); secretário de Agricultura de São Paulo; primeiro diretor da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (1911-1914) (Mendonça, 1998).

A estrutura do ensino agrícola paulista é bem parecida com a disposta no decreto de criação do ensino agrônômico em 1910, quando o titular do MAIC era o paulista Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda. Contudo, a construção da lei, tendo o MAIC como centro das discussões, não foi uma mera transposição do modelo paulista, mas sim um resultado das disputas entre a oligarquia paulista e os membros da SNA.

Considerações Finais

Em meados do século XIX, muitos fazendeiros começaram a sofrer com a falta de ‘braços’ e de capitais para a manutenção de suas lavouras. Em face de tal situação, a elite agrária brasileira, sobretudo aquela que detinha maior poderio econômico, passou a pressionar, primeiro, o Governo Imperial e, depois de proclamada a República, o presidente, para desenvolver ações que resolvessem as demandas agrícolas.

Com o intuito de responder a tais pressões, na segunda metade dos oitocentos, o Governo Imperial criou em algumas províncias os imperiais institutos de agricultura, destinados a atender às necessidades de modernização agrícola e também à manutenção de instituições de educação agrícola. Apesar da criação desses institutos, a elite agrária manteve-se insatisfeita com ações do poder central para sanar os empecilhos ao desenvolvimento agrícola. Assim, no ano de 1878, parte da elite agrária brasileira manifestou toda a sua insatisfação e os seus anseios em dois congressos agrícolas¹⁴: um, ocorrido no Rio de Janeiro, congregou os grandes fazendeiros do Sul do país, e outro, em Pernambuco, reuniu os do Norte (Brasil, 1878). Tais congressos demonstraram que, independentemente da região do país em que se encontrassem, existiam problemas comuns: a necessidade de mais crédito e a falta de mão de obra para a condução das lavouras.

Não havia, porém, consenso entre os participantes dos dois congressos sobre a melhor forma de resolver o problema da falta de mão de obra, pois, enquanto uns optavam pela entrada de estrangeiros, outros advogavam o aproveitamento do ‘braço nacional’. Os que discursavam em

14 O Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro contou com a presença de aproximadamente 400 pessoas, provenientes das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (Simão, 2001, 2004). O Congresso Agrícola do Recife contou com a presença de 113 provenientes das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí (Congresso Agrícola do Recife, 1878).

prol da mão de obra nacional ressaltavam a necessidade da criação de instituições educacionais agrícolas que incutissem nos trabalhadores hábitos e condutas necessários ao trabalho agrícola. Construía-se, assim, o discurso que norteou os debates e as ações durante as primeiras décadas do século XX: a construção de instituições agrícolas que funcionassem como civilizadoras do campo, visando, sobretudo, a formação de uma nova mão de obra agrícola que respondesse aos anseios modernizadores de uma parcela da elite agrária brasileira.

O ímpeto modernizador de membros da elite agrária contribuiu para a ascensão dos agrônomos como categoria profissional, fazendo-os cada vez mais influentes na cena sócio-político-cultural do país. A emergência representativa dos agrônomos foi dinamizada nas primeiras décadas dos novecentos com a criação de escolas superiores de agronomia. Paulatinamente, eles se tornaram os ‘porta-vozes’ do campo, sustentados no saber científico de que dispunham. Dessa forma, a elite agrária percebia nos agrônomos uma possibilidade de aumentar a rentabilidade de suas lavouras; já, os agrônomos, ao corresponder aos anseios dessa elite, viam contemplados os seus próprios interesses de maior influência política e social.

Sustentando-se no discurso consolidado naquele instante, os agrônomos, nos termos próprios dos ideais positivistas, ressaltavam o papel utilitário, pragmático, de construção social da ciência. Com isso, autoproclamavam-se como os principais responsáveis pelo encaminhamento das políticas voltadas para o desenvolvimento e a modernização agrícola. O fato de terem se organizado em sociedades, atrelando-se, em alguns casos, aos grandes fazendeiros, como a Sociedade Nacional de Agricultura, ou em entidades profissionais representativas, como a Sociedade Brasileira de Agronomia, também contribuiu para sua consolidação profissional.

Dentre essas sociedades, merece atenção especial a SNA, que congregava, sobretudo, uma parcela da elite agrária que se encontrava em segundo plano no que concerne às decisões políticas do governo central. Desse modo, a criação da SNA foi um marco na luta política travada por essa parcela da elite agrária com base em bandeiras como: diversificação agrícola, desenvolvimento de sindicatos e cooperativas e criação de um ministério específico para cuidar das questões atinentes à agricultura. Essa postura da SNA colocava-a frontalmente contra os interesses dos cafeicultores paulistas, que viam em suas propostas um perigo,

especialmente no tocante à distribuição de recursos públicos para manutenção da agroindústria cafeeira. Contudo, apesar do descontentamento paulista, a SNA, no ano de 1906, viu ser atendida uma das suas demandas: a criação do MAIC.

Um dos pontos de convergência de interesses entre as frações da elite agrária brasileira e também dos agrônomos foi a criação de instituições educacionais que qualificassem a mão de obra agrícola. A primeira estava preocupada com a ‘reposição’ de ‘braços’ para suas lavouras; os segundos, com a criação de estabelecimentos que divulgassem os saberes das ciências agrícolas e também com a formação de uma espécie de ‘nicho de mercado’, pois os agrônomos deveriam ser os responsáveis pela condução do ensino agrícolas nesses locais.

As tensões entre a SNA e frações da elite agrária paulista culminaram no Decreto nº 8.319 de 1910 (Brasil, 1910), a primeira regulamentação do ensino agrícola do período republicano, na qual constavam as seguintes divisões: ensino superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas.

Referências

- Araújo, N. A. (2006). *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)* (Dissertação de Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.
- Azevedo, F. (1964). *A cultura brasileira*. São Paulo, SP: Edições Melhoramentos.
- Azevedo, F. (Org.). (1994). *As ciências no Brasil* (2a. ed., 2 Vol.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Barros, R. S. M. (1986). *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo, SP: Convívio.
- Bhering, M. J. (2008). *Positivismo e modernização: políticos e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)* (Dissertação de Mestrado

em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: sociologia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 122-155). São Paulo, SP: Ática.

Bourdieu, P. (1990). *Coisas ditas* (Cássia R. da Silveira e Denise Monteiro Pegorim, trad.). São Paulo, SP: Brasiliense.

Bourdieu, P. (1998). O capital social: notas provisórias. In M. A. Nogueira & A. Catani. *Escritos de educação* (p. 65-89). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas* (6a. ed.) São Paulo, SP: Perspectiva.

Brasil. (1910). Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o ensino agrônômico e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 2 de novembro de 1910. Seção 1, p. 9139. Acessado em: <http://www.senado.gov.br/sicon>

Brasil. (1912). Decreto nº 9.672, de 17 de julho de 1912. Cria a Inspeção de Pesca e Aprova o respectivo regulamento. Acessado em: <http://www.senado.gov.br/sicon>

Brasil. (1878, 7 de julho). *Diário Oficial do Império*, n. 158.

Brasil. (1910). *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República* (RMAIC). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.

Brasil. (1911). *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República* (RMAIC). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.

Brasil. (1912). *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República* (RMAIC). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.

Brasil. (1913). *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República* (RMAIC). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.

Brasil. (1914). *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República* (RMAIC). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.

Brasil. (1915). *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República* (RMAIC). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial.

Brasil. (1901). *Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas* (RMIVOP). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.

Brasil. (1906). *Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas* (RMIVOP). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.

Brasil. (1907). *Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas* (RMIVOP). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.

Brasil. (1908). *Relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas* (RMIVOP). Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.

Brasil. Ministério da Agricultura. (2009a). Acessado de: www.agricultura.gov.br.

Brasil. Ministério da Defesa. (2009b). Acessado de: www.defesa.gov.br.

Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Congresso Agrícola do Recife. (1878). Recife, PE.

D'utra, G. (1908). *O esino agrícola nos Estados Unidos e em alguns países da Europa*. São Paulo, SP: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Figueirôa, S. F. M. (2005). Ciência e tecnologia no Brasil Imperial
Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). *Varia historia*, 21(34).

- Foucault, M. (2007). *A arqueologia do saber* (7a. ed., Luiz Felipe Baeta Neves, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Koifman, F. (Org.). (2001). *Presidentes do Brasil: de Deodoro a Juscelino*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rio.
- A Lavoura*. (1906). X(1/2).
- Lins, I. (1964). *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Mendonça, S. R. (1992). A balança, a régua e o arado: sistema de ensino e *habitus* de classe na Primeira República. *Cadernos do ICHF*, 48.
- Mendonça, S. R. (1997). *O ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Mendonça, S. R. (1998). *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura.
- Mendonça, S. R. (2000). Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrário*, 1(1).
- Oliver, G. S. (2009). *Institucionalização das ciências agrícolas e seu ensino no Brasil 1930-1950*. São Paulo, SP: Annablume.
- Oliver, G. S. (2005). *O papel das escolas superiores na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional* (Tese de Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas.
- Otranto, C. R. (2005). Do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao Ministério da Educação e Cultura: a trajetória histórica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *Revista Educação*, 30(2).
- Pádua, J. A. (2002). *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Simão, A. L. (2001). *Congressos agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX* (Dissertação de Mestrado em

Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

Simão, A. L. (2004). Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros. In *Anais do 11º Seminário sobre Economia Mineira*, Belo Horizonte, MG.

Tourinho, M. A. C. (1982). *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX* (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Submetido em: 07/09/2015

Aprovado em: 20/05/2016